



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Deve-se fazer de tudo para ser feliz? Essa foi a pergunta escolhida para ser um dos temas da dissertação de filosofia do *baccalauréat* deste ano – o exame de conclusão do equivalente ao ensino médio na França e que dá acesso à universidade. A primeira intenção, bastante evidente, era pôr o estudante diante de um dilema ético sobre as escolhas a serem feitas na busca da realização de ambições e desejos. Ou melhor, sobre os limites das iniciativas a serem tomadas nesse sentido. A vida mostra que há quem os tenha mais estreitos, mais largos, ou mesmo quem só aparente tê-los, na fronteira da psicopatia. Mas a pergunta aos alunos franceses embute uma segunda discussão: afinal de contas, o que é a felicidade?

Na filosofia do alemão Arthur Schopenhauer, tido como o arauto do pessimismo, podemos encontrar uma das melhores compreensões do que seja a felicidade. Entre as cinquenta regras que se encontram esparsas pela obra do filósofo, destacam-se três:

Primeira: estar ciente de que só a dor é verdadeira. Ou seja, não requer nenhuma ilusão acessória para existir. Usufruir um presente sem dor, em vez de procurar o prazer num futuro improvável, é já uma forma de ser feliz, por mais que isso possa parecer sem graça aos olhos da civilização hedonista. “O homem sábio não aspira ao deleite, e sim à ausência de sofrimento”, escreveu Schopenhauer, citando o grego Aristóteles.

Segunda: evitar a inveja: ela tortura quem a nutre e, por esse motivo, causa infelicidade. “Você nunca será feliz enquanto se torturar por alguém ser mais feliz”, resumiu Sêneca. A crueldade apontada por Schopenhauer: “E, no entanto, nós estamos constantemente preocupados em despertar inveja”.

Terceira: ser fiel a si próprio. Seguir as características e os pensamentos que o forjaram, assim como aceitar as suas limitações, é essencial para o indivíduo resguardar-se de frustrações. Trata-se de algo difícil, porque não raro somos tentados a enveredar por caminhos estranhos a nós mesmos, mais adaptados às condições de quem invejamos. Diz o filósofo alemão: “Quando reconhecemos, claramente, e de uma vez por todas, nossas qualidades e forças, bem como nossos defeitos e fraquezas, conseguimos fixar os nossos objetivos e nos resignamos com o inatingível. Escapamos, dessa maneira, à mais terrível de todas as dores: a insatisfação com nós mesmos, essa insatisfação que é a consequência inelutável da ignorância da própria individualidade”.

(Mario Sabino, A arte de ser feliz, *Veja*, 23.07.2014. Adaptado)

- 01.** É correto afirmar que as ideias de Schopenhauer sobre a felicidade
- (A) estão dissociadas da busca por prazer e vinculadas ao conhecimento das próprias limitações.
 - (B) dependem principalmente de fatores externos à vontade do indivíduo, os quais ele não pode afastar.
 - (C) baseiam-se em princípios éticos moralmente questionáveis, embora grande parte da sociedade os condene.
 - (D) afastam preocupações com o presente, para focar-se no futuro, como forma de evitar frustrações.
 - (E) recusam o sofrimento, entendido como antinatural e negativo, apesar de inevitável nos dias atuais.
- 02.** Nos trechos – **arauto** do pessimismo (2º parágrafo) – e – consequência **inelutável** (último parágrafo) –, as palavras destacadas têm sinônimos, respectivamente, em
- (A) sucessor e indiscutível.
 - (B) defensor e intolerável.
 - (C) mensageiro e inevitável.
 - (D) teórico e desproporcional.
 - (E) pregoeiro e inapropriada.
- 03.** Segundo a norma-padrão, o pronome da expressão destacada nas alternativas pode ser colocado antes ou depois do verbo em:
- (A) Entre as cinquenta regras que **se encontram** esparsas pela obra do filósofo...
 - (B) ... é essencial para o indivíduo **resguardar-se** de frustrações.
 - (C) ... há quem **os tenha** mais estreitos...
 - (D) Você nunca será feliz enquanto **se torturar** por alguém ser mais feliz.
 - (E) **Deve-se** fazer de tudo para ser feliz?
- 04.** Considere as palavras destacadas nas passagens:
- E, no entanto, nós estamos **constantemente** preocupados em despertar inveja.
- Quando reconhecemos, **claramente**, e de uma vez por todas, nossas qualidades e forças, bem como nossos defeitos e fraquezas, conseguimos fixar os nossos objetivos e nos resignamos com o inatingível.
- É correto afirmar que, em relação aos verbos a que se vinculam,
- (A) ambas expressam circunstância de modo.
 - (B) ambas expressam circunstância de tempo.
 - (C) expressam circunstâncias de condição e de lugar, respectivamente.
 - (D) expressam circunstâncias de tempo e de modo, respectivamente.
 - (E) ambas expressam circunstância de intensidade.

05. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão.

- (A) Em busca da felicidade, fazem-se quaisquer esforços.
- (B) Tais propostas de dissertação sempre expõe os estudantes a dilemas.
- (C) A vida mostra que existe pessoas que têm limites mais estreitos.
- (D) Sentimentos como a inveja torturam quem os nutrem.
- (E) Ser fiel a si mesmo e aceitar as limitações: tratam-se de coisas difíceis.

Leia o texto, para responder às questões de números 06 a 10.

Você já pintou sua casa? Então pinte. É o que há de melhor a fazer, se não podemos pintar de novo o Brasil, por dentro e por fora. Alegramos nossa área particular, instaurando cores tônicas ou repousantes, e pondo em moda a limpeza. Se cada um caiasse seu barraco, que brinco não seria este país, pelo menos na parte domiciliar?

O cronista está pintando a casa, e se entretém os leitores com este fato minúsculo é porque dele se pode extrair algum ensino, para ilustração geral. É bom pintar casa; melhor do que pintar cabelo. Notei que a melancolia natural se agravara nos últimos quinze anos, tantos quantos habito esta mansão, e se envinagrava em misantropia, injeções e comprimidos de felicidade não adiantavam. Um dia descobri: eram as esquadrias negras. O antigo morador assim as pintara, e a negra influência baixara sobre o espírito, sobre as relações com o mundo exterior, sobre as crônicas, que exageravam a inflação, afinal bem módica, e a eventual falta d'água, que de longe em longe nos importuna levemente, omitindo por outro lado os aspectos positivos da conjuntura, como a encantadora risada do Presidente. A velha casa tem enorme pé-direito, e portas e janelas noturnas também se alastravam pela vida acima, enegrecendo-a. O negro lambri da sala de jantar enchia de treva o próprio arroz, e em poltronas de treva almas sombrias contemplavam escuras imagens de tevê. Nosso gatinho branco virou preto. E assim por diante.

(Carlos Drummond de Andrade, *Pinte sua casa. Poesia e prosa.*)

06. A decisão do narrador de pintar a própria casa se deve principalmente

- (A) à possibilidade imediata de mudar as condições de vida no Brasil, fazendo nele uma limpeza.
- (B) à expectativa de ver-se livre das convenções que o impedem de escrever.
- (C) ao desejo de voltar no tempo, reencontrando a mocidade que perdeu.
- (D) ao receio de ignorar fatos negativos de seu país, como a inflação e a falta d'água.
- (E) à descoberta de que vivia num ambiente sombrio, que o tornava taciturno.

07. Assinale a alternativa em que a vírgula foi empregada segundo o mesmo princípio que dita seu emprego no período – A velha casa tem enorme pé-direito, e portas e janelas noturnas também se alastravam pela vida acima.

- (A) É o que há de melhor a fazer, se não podemos pintar de novo o Brasil...
- (B) O antigo morador assim as pintara, e a negra influência baixara sobre o espírito...
- (C) Alegramos nossa área particular, instaurando cores tônicas ou repousantes...
- (D) Notei que a melancolia natural se agravara nos últimos quinze anos, tantos quantos habito esta mansão...
- (E) Se cada um caiasse seu barraco, que brinco não seria este país...

08. Assinale a alternativa que reescreve a passagem – ... e se entretém os leitores com este fato minúsculo é porque dele se pode extrair algum ensino... – observando a conjugação verbal e a colocação de pronomes de acordo com a norma-padrão.

- (A) ... e se entretia os leitores com este fato minúsculo era porque dele podia extrair-se algum ensino...
- (B) ... e se entreteu os leitores com este fato minúsculo foi porque dele pudesse se extrair algum ensino...
- (C) ... e caso entretesse os leitores com este fato minúsculo era porque dele poderia se extrair algum ensino...
- (D) ... e se entretinha os leitores com este fato minúsculo será porque dele poderia-se extrair algum ensino...
- (E) ... e se entretivesse os leitores com este fato minúsculo seria porque dele se poderia extrair algum ensino...

09. O trecho do texto em que o narrador empregou somente expressões em sentido próprio está na alternativa:

- (A) É o que há de melhor a fazer, se não podemos pintar de novo o Brasil.
- (B) Se cada um caiasse seu barraco, que brinco não seria este país.
- (C) Notei que a melancolia natural se agravara nos últimos quinze anos...
- (D) ... injeções e comprimidos de felicidade não adiantavam.
- (E) ... e portas e janelas noturnas também se alastravam pela vida acima...

10. Considere a passagem:

Alegramos nossa área particular, **instaurando** cores tônicas ou repousantes, e **pondo em moda** a limpeza.

A substituição das expressões destacadas mostra regência e emprego do sinal de crase de acordo com a norma padrão, respectivamente, na alternativa:

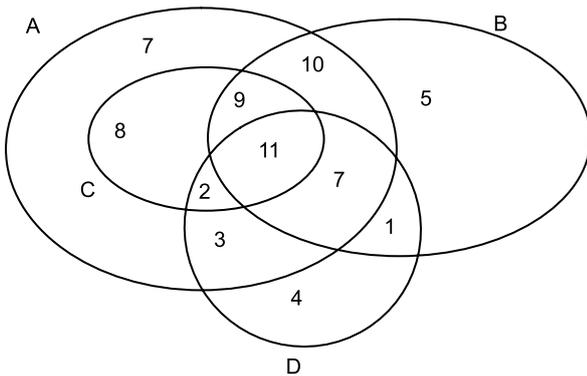
- (A) Avivamos à; dando preferência por; destacando à.
- (B) Tornamos alegre à; estipulando por; dando realce à.
- (C) Fazemos viçosa à; aplicando em; assumindo à.
- (D) Damos viço à; optando por; dando destaque à.
- (E) Conferimos vida à; usando de; adotando à.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere a afirmação: *Se Adélia vence a eleição, então Gilmar continua membro da comissão.* Do ponto de vista lógico, uma afirmação equivalente é:

- (A) Gilmar continua membro da comissão e Adélia vence a eleição.
- (B) Adélia não vence a eleição ou Gilmar continua membro da comissão.
- (C) Se Gilmar continua membro da comissão, então Adélia vence a eleição.
- (D) Ou Gilmar continua membro da comissão ou Adélia vence a eleição.
- (E) Se Adélia não vence a eleição, então Gilmar não continua membro da comissão.

12. O diagrama a seguir mostra o número de elementos pertencentes aos conjuntos, inclusive discriminando a quantidade de elementos nas intersecções.



Considere como X o número que corresponde ao total de elementos do conjunto A que também pertençam ao conjunto D, mas que não pertençam ao conjunto B. Considere como Y o número que corresponde ao total de todos os elementos do conjunto B que não pertençam ao conjunto C. A diferença entre Y e X é igual a

- (A) 12.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 18.
- (E) 19.

13. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

- I. Elias não é policial.
- II. Se Alves é juiz, então Bruno é promotor.
- III. Se Bruno não é promotor, então Carlos não é oficial de justiça.
- IV. Se Carlos não é oficial de justiça, então Durval não é advogado de defesa.
- V. Durval é advogado de defesa ou Elias é policial.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- (A) Durval não é advogado de defesa.
- (B) Carlos não é oficial de justiça.
- (C) Alves não é juiz.
- (D) Bruno é promotor.
- (E) Alves é juiz.

14. Considere falsas as proposições a seguir.

- I. João não foi à festa ou Cláudio foi trabalhar.
- II. Lucas caiu da escada e João não foi à festa.
- III. Daniel saiu de casa ou Rafael não foi ao baile.
- IV. Lucas caiu da escada e Daniel saiu de casa.

A partir dessas proposições, existe uma única possibilidade de ser verdadeira a afirmação:

- (A) Lucas caiu da escada.
- (B) João não foi à festa.
- (C) Daniel saiu de casa.
- (D) Cláudio foi trabalhar.
- (E) Rafael não foi ao baile.

15. Oito fichas estão ordenadas em uma fileira. Na face superior de cada ficha, está impressa uma letra. A sequência ordenada é: A; B; C; D; E; F; G; H. É feita uma modificação de forma que a primeira ficha da fileira perde uma posição e a sequência ordenada torna-se B; A; C; D; E; F; G; H. Uma segunda modificação é feita e a segunda ficha dessa nova ordenação perde duas posições. Em uma terceira modificação, a terceira ficha desta nova ordenação perde três posições e, em seguida, a quarta modificação é feita e a quarta ficha da última ordenação perde quatro posições. Após essas quatro modificações, a ordenação das oito fichas é

- (A) B; A; C; F; D; G; H; E.
- (B) B; C; F; A; G; D; H; E.
- (C) B; C; A; F; D; G; H; E.
- (D) B; F; A; D; C; G; E; H.
- (E) B; A; C; F; D; H; E; G.

16. A sequência a seguir possui 23 termos assim ordenados:

(401; 383; 365; 347; 329; ... ; 5)

A posição do termo dessa sequência cujo valor é o mais próximo da diferença entre os valores dos 9º e 19º termos é igual a

- (A) 10ª.
- (B) 11ª.
- (C) 12ª.
- (D) 13ª.
- (E) 14ª.

17. Observe a sequência figural, que é ilimitada, ordenada e seu padrão de formação permanece constante.



A primeira figura mostra o sol e raio defronte a uma mesma ponta da estrela. Em seguida o sol e o raio mudam de posição, mas sempre defronte a alguma ponta da estrela. Quando novamente ocorrer o fato de o sol e o raio estarem defronte a uma mesma ponta da estrela, a figura será

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

18. Considere verdadeiras as afirmações.

- I. Se Marcos é pedreiro, então Juca não é mecânico.
- II. Juca é policial e mecânico.
- III. Clóvis é eletricista ou oficial de justiça.
- IV. Ou Marta é costureira ou Marta é escritã.
- V. Se Marcos não é pedreiro, então Clóvis é apenas oficial de justiça.

Nessa situação, o número máximo de funções explicitamente exercidas por todas essas pessoas é igual a

- (A) 7.
- (B) 6.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 3.

19. Sabe-se que alguns programadores são analistas de sistemas. Sabe-se também que todos os programadores são digitadores. A partir dessas informações, é correto concluir que

- (A) todos os digitadores são analistas de sistemas.
- (B) nenhum digitador é analista de sistemas.
- (C) todos os analistas de sistemas são digitadores.
- (D) nenhum analista de sistemas é digitador.
- (E) alguns analistas de sistemas são digitadores.

20. Considere a afirmação: *Estudei muito e passei no concurso, ou minha preguiça foi maior*. Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação anterior é

- (A) Não estudei muito ou não passei no concurso, e minha preguiça não foi maior.
- (B) Se não estudei muito então minha preguiça foi maior e não passei no concurso.
- (C) Minha preguiça foi maior e não passei no concurso, e não estudei muito.
- (D) Não estudei muito e não passei no concurso e minha preguiça foi maior.
- (E) Estudei muito e não passei no concurso e minha preguiça foi maior.

R A S C U N H O

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MATEMÁTICA FINANCEIRA

21. Um capital é aplicado a uma taxa de juros simples de 9% ao semestre, por 2 semestres. A taxa semestral de juros compostos equivalente está entre

- (A) 8% e 9%
- (B) 7% e 8%
- (C) 6% e 7%
- (D) 5% e 6%
- (E) 4% e 5%

22. Um empreiteiro fez um empréstimo a uma taxa nominal de 18% ao ano, com capitalização mensal. A taxa anual efetiva que ele pagará de juros, desconsideradas quaisquer outras taxas, será de, aproximadamente,

Dado: Caso julgue necessário, utilize os valores a seguir.

$$1,014^6 = 1,087$$

$$1,015^6 = 1,093$$

$$1,016^6 = 1,100$$

$$1,017^6 = 1,106$$

$$1,018^6 = 1,113$$

- (A) 18,2%
- (B) 19,5%
- (C) 21,0%
- (D) 22,3%
- (E) 23,9%

23. Uma pessoa detentora de uma nota promissória com valor nominal de R\$ 2.000,00, diante de dificuldades financeiras, decide descontar a nota 4 meses antes do seu vencimento, recebendo por ela o valor atual de R\$ 1.000,00.

As taxas de desconto simples racional (“por dentro”) e comercial (“por fora”) são de, respectivamente,

- (A) 100% e 50%
- (B) 50% e 25%
- (C) 25% e 12,5%
- (D) 12,5% e 6,25%
- (E) 6,25% e 3,125%

24. Uma pessoa financiou a compra de um terreno de R\$ 120.000,00 no Sistema de Amortização Constante em 6 parcelas mensais postecipadas, ou seja, a primeira delas paga um mês após o empréstimo. A taxa de juros é de 1% a.m.

A tabela a seguir mostra alguns valores do fluxo de pagamentos.

Parcela	Valor da parcela	Amortização	Juros	Saldo devedor
0	-----	-----	-----	R\$ 120.000,00
1			R\$ 1.200,00	
2				
3				
4				
5				
6				-----

O montante total de juros que a pessoa terá pagado ao final do empréstimo será de

- (A) R\$ 12.000,00.
- (B) R\$ 10.000,00.
- (C) R\$ 7.200,00.
- (D) R\$ 5.400,00.
- (E) R\$ 4.200,00.

25. A tabela a seguir exhibe o fluxo de caixa nos 3 primeiros meses de um investimento.

Mês	Fluxo de caixa
0	-2.300
1	
2	1.210
3	1.331

Sabendo-se que a taxa interna de retorno é de 10%, o valor referente ao mês 1 é de

- (A) R\$ 1.100,00.
- (B) R\$ 1.000,00.
- (C) R\$ 500,00.
- (D) R\$ 330,00.
- (E) R\$ 120,00.

26. Nos últimos anos, a União tem recebido dividendos das empresas que controla para tentar atingir a meta de superávit primário. Esses dividendos são receitas

- (A) extraorçamentárias.
- (B) derivadas.
- (C) de capital.
- (D) vinculadas.
- (E) originárias.

27. Em relação aos tributos e às contribuições para a seguridade social, é correto afirmar que

- (A) a lei que majorar alíquotas do imposto sobre a renda começa a produzir efeitos na data de sua publicação.
- (B) a lei que instituir modificações nas alíquotas do imposto de importação deve obedecer ao princípio constitucional da anterioridade.
- (C) somente a União pode instituir novos tributos não previstos na Constituição Federal por meio de lei complementar, os quais devem obedecer obrigatoriamente ao princípio da não cumulatividade.
- (D) as contribuições de melhoria têm o mesmo fato gerador que as taxas, com a diferença de que todos os contribuintes pagam o mesmo valor.
- (E) a União, desde que justificado o interesse público, pode instituir isenções nos impostos de competência dos Estados e dos Municípios.

28. Um imposto é progressivo quando

- (A) onera de forma uniforme todos os contribuintes, independentemente de seu nível de renda.
- (B) estabelece alíquotas fixas sobre o consumo de bens e serviços.
- (C) incide com mais intensidade sobre os contribuintes de renda mais baixa.
- (D) os contribuintes de rendas mais elevadas pagam imposto numa proporção maior de sua renda que aqueles de rendas mais baixas.
- (E) sua arrecadação aumenta na mesma proporção que a renda dos contribuintes.

29. Em relação aos impostos indiretos sobre vendas nos mercados em concorrência perfeita, é correto afirmar que

- (A) o produtor sempre consegue repassar o ônus do aumento da alíquota do tributo integralmente ao consumidor.
- (B) se, em módulo, a elasticidade-preço da oferta ao preço vigente no mercado for menor que a da demanda, o ônus decorrente de um aumento na alíquota do imposto recairá mais sobre os produtores do que sobre os consumidores.
- (C) se a curva de demanda for infinitamente elástica, o ônus da instituição de um imposto sobre vendas recairá integralmente sobre os consumidores.
- (D) a instituição do imposto não afetará o preço e a quantidade produzida nesse mercado se a curva de oferta for infinitamente elástica.
- (E) a quantidade transacionada no mercado após a instituição do imposto será tanto menor quanto menos elástica for a curva de demanda dos consumidores.

30. A diferença entre os conceitos de déficit público nominal e operacional é que o primeiro

- (A) é obtido incluindo-se os gastos com os juros nominais cobrados sobre as dívidas interna e externa, enquanto no segundo somente são incluídos os juros reais.
- (B) representa a diferença entre as receitas e despesas correntes de todas as esferas de Governo, enquanto no segundo é representada a diferença entre as receitas e despesas de capital.
- (C) representa a diferença entre as receitas e despesas financeiras dos entes públicos, enquanto o segundo representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras.
- (D) corresponde ao aumento da dívida bruta do setor público, enquanto o segundo corresponde ao aumento da dívida líquida.
- (E) não inclui os investimentos realizados pelos entes públicos, enquanto o segundo inclui.

31. A repristinação consiste

- (A) no lapso temporal entre a promulgação da lei e sua vigência, não podendo ser inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) na supressão de lei ou dispositivo legal, em razão da declaração de inconstitucionalidade, por controle concentrado.
- (C) na revogação tácita de lei, em virtude de lei posterior com ela incompatível.
- (D) no suprimento de omissão da lei pela aplicação da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito.
- (E) na restauração da lei revogada por ter a lei revogadora perdido sua vigência, sendo admitida apenas quando há expressa disposição legal.

32. Assinale a alternativa correta acerca da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, no âmbito das relações cíveis reguladas pelo Código Civil de 2002.

- (A) O requerimento da desconsideração da personalidade jurídica é ato privativo dos membros do Ministério Público.
- (B) Pode ser requerida sempre que a pessoa jurídica não possuir recursos para saldar as dívidas perante seus credores.
- (C) A teoria pode ser aplicada com o objetivo de atingir patrimônio da pessoa jurídica, por obrigações contraídas em nome dos sócios.
- (D) A aplicação da teoria é limitada aos sócios que estão no quadro societário por mais de 2 (dois) anos.
- (E) O juiz poderá aplicar a desconsideração da personalidade jurídica de ofício, em decisão fundamentada, quando vislumbrar abuso da personalidade jurídica.

33. Acerca do instituto da prescrição, assinale a alternativa que apresenta corretamente as consequências da suspensão e da interrupção no cômputo do prazo prescricional.

- (A) Tanto nos casos de suspensão como nos casos de interrupção, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa suspensiva ou interruptiva, distinguindo-se os institutos pela natureza do evento que gera a suspensão ou a interrupção.
- (B) Em caso de suspensão, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa suspensiva; em caso de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo, após o término da causa interruptiva.
- (C) Em caso de suspensão, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo, após o término da causa suspensiva; em caso de interrupção, computa-se integralmente o prazo transcorrido antes da causa interruptiva.
- (D) Tanto nos casos de suspensão como nos casos de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo, após a cessação da causa suspensiva ou interruptiva, distinguindo-se os institutos pela natureza do evento que gera a suspensão ou a interrupção.
- (E) Em caso de suspensão, computa-se o prazo transcorrido antes da causa suspensiva, até o limite de 2 (dois) anos; em caso de interrupção, reinicia-se integralmente o cômputo do prazo, após o término da causa interruptiva.

34. Assinale a alternativa correta acerca do instituto da propriedade fiduciária.

- (A) A constituição da propriedade fiduciária independe de registro do contrato no órgão competente.
- (B) Em caso de inadimplemento pelo devedor, poderá o credor, em regra, optar pela adjudicação da coisa, caso não prefira aliená-la.
- (C) O regime da alienação fiduciária é aplicável aos móveis, sendo vedada sua utilização para bens imóveis.
- (D) Com a constituição da propriedade fiduciária, ocorre o desdobramento da posse, atribuindo-se ao devedor a posse direta e ao credor a posse indireta.
- (E) Em caso de alienação do bem por inadimplemento do devedor, quando o produto da venda não for suficiente para quitação da dívida, o devedor ficará exonerado do excedente.

35. O art. 5º, XL da CR/88, estabelece que a lei penal
- (A) retroage apenas mediante expressa previsão legal nesse sentido.
 - (B) retroage em benefício do réu, como regra, não se verificando tal fenômeno quando se trata de réu reincidente.
 - (C) retroage em benefício do réu, como regra, não se verificando tal fenômeno na hipótese de crime hediondo.
 - (D) apenas retroage em benefício do réu.
 - (E) não tem efeito retroativo.
36. Não se tipifica _____ contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, _____ .
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho.
- (A) crime formal ... antes do lançamento definitivo do tributo
 - (B) crime formal ... sem que haja dolo ou culpa do contribuinte
 - (C) crime material ... antes do lançamento definitivo do tributo
 - (D) crime material ... sem que haja dolo ou culpa do contribuinte
 - (E) qualquer crime ... sem que tenha havido autuação fiscal
37. A conduta de “exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente” configura crime
- (A) contra a Administração Pública.
 - (B) contra a Administração da Justiça.
 - (C) cometido por funcionário contra a Administração Pública em Geral.
 - (D) cometido por funcionário ou particular contra a Administração Pública em Geral.
 - (E) funcional contra a ordem tributária.
38. Gerir fraudulentamente e gerir temerariamente instituição financeira trata-se de
- (A) condutas criminosas, sendo que a primeira é punida mais gravemente do que a segunda.
 - (B) condutas delituosas, sendo que a primeira é punida mais brandamente que a segunda.
 - (C) infrações penais, punidas exclusivamente com multa.
 - (D) ilícitos penais, punidos exatamente com a mesma pena.
 - (E) ilícitos administrativos que não geram responsabilidade penal.

39. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária deverá utilizar, em primeiro lugar,
- (A) os princípios gerais de direito tributário.
 - (B) os princípios específicos de direito tributário.
 - (C) os princípios gerais de direito público.
 - (D) a equidade.
 - (E) a analogia.
40. Assinale a alternativa correta no que respeita à Dívida Ativa.
- (A) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito tributário ou não tributário, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento.
 - (B) Na dívida ativa, a fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito.
 - (C) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção relativa de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
 - (D) A presunção absoluta de certeza e liquidez da dívida ativa, uma vez regularmente inscrita, não pode ser ilidida, ainda que por prova inequívoca, por ter se operado a preclusão em relação ao sujeito passivo.
 - (E) A omissão dos requisitos previstos em lei, ou o erro a eles relativo, não são causas de nulidade da inscrição e do processo dela decorrente, posto que a nulidade poderá ser sanada até a decisão de segunda instância.
41. Tem os mesmos efeitos da certidão negativa aquela de que conste a existência de créditos
- (A) vencidos, desde que não estejam sendo discutidos em procedimento administrativo tributário.
 - (B) vencidos, desde que por decisão administrativa irreformável sejam considerados como devidos.
 - (C) em curso de execução fiscal, ainda que não tenha sido efetivada a penhora.
 - (D) que estejam sendo discutidos em ação judicial em curso e na qual tenha sido efetivado o depósito de seu montante integral.
 - (E) cuja exigibilidade não esteja suspensa.

42. “Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte”. Referida disposição constitucional reflete o princípio da
- (A) isonomia formal.
 (B) capacidade contributiva.
 (C) pessoalidade.
 (D) uniformidade jurídica da tributação.
 (E) generalidade.
43. O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a LC nº 123/06 é gerido pelas instâncias que especifica. Dentre elas, a que tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação, sob a presidência e coordenação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, denomina-se
- (A) Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
 (B) Fórum Gestor das Micro e Pequenas empresas.
 (C) Comitê Gestor do Simples Nacional.
 (D) Comitê da Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.
 (E) Comitê Gerenciador das Atividades das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
44. Do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, a União entregará ao Fundo de Participação dos Municípios o percentual de
- (A) 30%
 (B) 27,5%
 (C) 25 %
 (D) 22,5%
 (E) 21%
45. A omissão inconstitucional normativa pode ser objeto de controle por meio
- (A) da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 (B) da reclamação constitucional indicando a omissão legislativa.
 (C) do mandado de injunção.
 (D) da ação declaratória de constitucionalidade.
 (E) da representação de inconstitucionalidade em relação a atos normativos anteriores à Constituição.
46. Compete aos Municípios instituir impostos sobre
- (A) serviços de transporte intermunicipal e de comunicação.
 (B) propriedade territorial rural.
 (C) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 (D) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
 (E) propriedade de veículos automotores, observando as alíquotas estabelecidas pelos Estados.
47. No que se refere à repartição das competências prevista no texto constitucional, é correto afirmar que
- (A) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
 (B) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
 (C) é reservada aos Municípios a competência para legislar sobre desapropriação.
 (D) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, ainda no que lhe for contrário.
 (E) inexistindo lei federal sobre normas gerais, compete exclusivamente aos Estados o ingresso de mandado de injunção.
48. No que tange à fiscalização e controle dos Municípios, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar,
- (A) só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
 (B) só deixará de prevalecer por decisão judicial referente à nulidade procedimental.
 (C) só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da Câmara Municipal.
 (D) só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 (E) só deixará de prevalecer se não ficarem à disposição do contribuinte pelo prazo de 90 (noventa dias) para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade mediante pedido de revisão das contas.

49. Assinale a alternativa que corretamente exemplifica uma situação em que se encontre demonstrado o instituto do abuso de poder.

- (A) O Prefeito Municipal que não permite que todos os munícipes sejam atendidos no hospital municipal de urgências, alegando restrições orçamentárias e aplicação da teoria da reserva do possível, não incorre em abuso de poder.
- (B) O Auditor Fiscal Tributário Municipal que aplica multa por infração de trânsito a quem estaciona em local proibido incorre em abuso de poder por atuar fora dos limites de sua competência.
- (C) O Prefeito Municipal que desapropria bem imóvel pertencente a desafeto político, por interesse pessoal, mas que nele instala unidade básica de saúde, não pratica abuso de poder por desvio de finalidade.
- (D) O Guarda Municipal que não permite a entrada de pessoa estranha à Administração em prédio público municipal não destinado a atendimento ao público pratica ato caracterizável como abuso de poder.
- (E) O Auditor Fiscal Tributário Municipal que decide não autuar empresa de pequeno porte que deixou de recolher quantia ínfima de tributo municipal, mas que emprega vários funcionários, não pratica abuso de poder.

50. Assinale a alternativa que corretamente trata dos poderes administrativos.

- (A) Inexiste qualquer vedação constitucional para que pessoas administrativas de direito privado possam exercer o poder de polícia em sua modalidade fiscalizatória.
- (B) Poder vinculado é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.
- (C) O poder regulamentar é subjacente à lei e pressupõe a existência desta, sendo, portanto, atos formalizadores aptos a criar direitos e obrigações primárias ou secundárias.
- (D) Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, que abrange as sanções impostas a particulares, mesmo que não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- (E) Nos Poderes Judiciário e Executivo não existe hierarquia no sentido de relação de coordenação e subordinação, no que diz respeito às suas funções institucionais.

51. Agente público municipal verifica uma irregularidade em um processo licitatório promovido por órgão da Administração Pública Municipal, que causa a nulidade do certame. Em razão disso, deve ele

- (A) revogar o certame, pois deve prevalecer o interesse público de que seja realizado um certame licitatório sem quaisquer vícios de legalidade.
- (B) representar à autoridade que lhe é hierarquicamente superior, para que esta solicite a anulação do ato ao Poder Judiciário, já que somente este pode invalidar tais atos.
- (C) comunicar o fato aos licitantes, que são os únicos legitimados a provocar a Administração, que poderá, então, declarar a nulidade.
- (D) instar a autoridade competente a promover a anulação do certame, já que a Administração possui a prerrogativa de autotutela, que lhe permite rever os atos *ex officio*.
- (E) instar a autoridade competente a promover a revogação do certame, pois a prerrogativa da autotutela permite a revogação, e não a anulação, dos atos administrativos.

52. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo verifica que, em determinada unidade da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, foi realizada uma despesa ilegal. Neste caso, considerando os limites do controle externo previstos na Constituição Federal, pode o Tribunal de Contas

- (A) assinar prazo para que o órgão adote as providências de invalidação do ato ilegal.
- (B) ressaltar a despesa ilegal na prestação de contas anual do Prefeito.
- (C) representar ao Poder Executivo Municipal, para que anule a despesa.
- (D) comunicar o fato à Câmara Municipal, que poderá invalidar a despesa.
- (E) aplicar ao responsável multa proporcional ao dano causado ao erário.

53. A Lei Complementar nº 178, de 29.12.2003 (e suas alterações posteriores), regula a instituição do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) no município de São José do Rio Preto. Sobre a incidência do ISSQN, é correto afirmar que o imposto incide sobre

- (A) os serviços constantes da Tabela anexa ao referido ato legal, não compreendidos na competência da União e dos Estados, somente quando esses sejam a atividade preponderante do estabelecimento prestador.
- (B) os livros, jornais ou periódicos e/ou o papel destinado à sua impressão.
- (C) a exportação de serviços para o exterior do país.
- (D) os serviços constantes da Tabela anexa ao referido ato legal, não compreendidos na competência da União e dos Estados, provenientes do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, em relação aos tomadores domiciliados no Município.
- (E) os serviços constantes da Tabela anexa ao referido ato legal, não compreendidos na competência da União e dos Estados, a menos que envolva o fornecimento concomitante de mercadorias, caso em que essa incidência não ocorrerá.

54. São isentos do ISSQN no município de São José do Rio Preto, segundo a Lei Complementar nº 178/2003 e suas alterações posteriores:

- (A) quaisquer prestações de serviços de construção civil.
- (B) os profissionais autônomos, desde que inscritos no Cadastro Municipal Mobiliário, há mais de cinco (5) anos.
- (C) a impressão de jornais, livros e periódicos feita por empresas que respondem pela prestação de serviços gráficos a terceiros.
- (D) os serviços desenvolvidos ou cujo resultado se verifique no Município, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- (E) as apresentações de música popular, concertos, recitais, espetáculos folclóricos e populares, realizadas em caráter temporário e com fins exclusivamente beneficentes.

55. A Lei Complementar nº 178/2003 (com suas alterações posteriores) estabelece que

- (A) são isentas do ISSQN todas as prestações de serviços efetuadas por meio de cooperativas de prestação de serviços, já que essas entidades têm imunidade prevista na Constituição Federal.
- (B) são irrelevantes, para a caracterização do fato gerador do ISSQN, a natureza ou validade jurídica das operações ou dos atos praticados.
- (C) as instituições financeiras e empresas seguradoras não podem ser responsáveis pela retenção do ISSQN, já que o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, bem como os depósitos bancários, não estão no campo de incidência do referido imposto.
- (D) a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando tomar ou intermediar serviços prestados por suas agências franqueadas, não está obrigada a efetuar a retenção do imposto como responsável tributário, em virtude de sua condição de empresa imune ao ISSQN.
- (E) a base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, não sendo autorizada a dedução de descontos concedidos pelo prestador na nota fiscal de serviços (descontos incondicionais).

56. A Lei Complementar nº 96, de 29 de dezembro de 1998 (com suas alterações posteriores), regula o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do município de São José do Rio Preto. O referido ato legal estabelece que

- (A) a base de cálculo do IPTU é o valor de mercado do imóvel, comprovado por meio de laudo assinado por três peritos responsáveis.
- (B) o referido imposto deve ser quitado pelo contribuinte nos prazos legais, juntamente com a taxa de incêndio lançada pela administração municipal.
- (C) o contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do bem imóvel, nos termos da legislação tributária e civil vigentes.
- (D) as alíquotas incidentes sobre o imóvel serão iguais, estando o imóvel construído ou não.
- (E) o IPTU incide sobre o imóvel que, localizado dentro da zona urbana ou urbanizável, seja comprovada e precipuamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, independentemente de sua área.

57. À vista do disposto na Lei Complementar nº 96, de 29 de dezembro de 1998 (com suas alterações posteriores), é correto afirmar que

- (A) se o imóvel tiver sido objeto de compromisso de venda e compra, devidamente registrado ou averbado no Registro de Imóveis, o lançamento do imposto poderá ser procedido indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador, ou de ambos.
- (B) na hipótese de que o imóvel tenha suas obras concluídas durante o exercício, o imposto será devido somente a partir do exercício subsequente ao da construção.
- (C) o espólio não é pessoalmente responsável pelos débitos de IPTU do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão.
- (D) o fato gerador do IPTU ocorre mensalmente dentro do ano-calendário respectivo.
- (E) se o imóvel for explorado economicamente, seu proprietário estará dispensado do pagamento do IPTU no caso em que o respectivo resultado financeiro seja nulo.

58. A Lei Complementar nº 323, de 27.10.2010, entre outros assuntos, regula o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de direitos reais sobre eles (ITBI) no município de São José do Rio Preto. Segundo o referido ato legal,

- (A) para a finalidade de determinação do valor do imposto, serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.
- (B) o imposto incide sobre a transmissão de bem imóvel nos casos em que a área for destinada exclusivamente à execução de conjuntos habitacionais e de propriedade de cooperativas habitacionais ligadas a entidades de classe de trabalhadores.
- (C) a dação do imóvel em pagamento não se inclui entre as hipóteses de incidência do imposto.
- (D) o imposto incide sobre a transmissão de quaisquer bens imóveis e de direitos reais sobre eles à alíquota de 10%.
- (E) o imposto incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital quando essas tiverem como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

59. A Cia. Petrópolis apresentou a seguinte movimentação no mês de abril de 2014 em relação à mercadoria X, registrada na ficha de estoque respectiva:

Saldo inicial em 01.04.2014: 80 unidades a R\$ 500,00 cada uma;

Aquisições:

06.04.2014: 100 unidades a R\$ 520,00 cada;

15.04.2014: 200 unidades a R\$ 510,00 cada;

20.04.2014: 180 unidades a R\$ 515,00 cada;

26.04.2014: 150 unidades a R\$ 530,00 cada.

Total das aquisições: R\$ 326.200,00

Alienações:

10.04.2014: 150 unidades a R\$ 1.000,00 cada;

18.04.2014: 200 unidades a R\$ 1.100,00 cada;

23.04.2014: 160 unidades a R\$ 1.100,00 cada;

27.04.2014: 180 unidades a R\$ 1.200,00 cada.

Total das alienações: R\$ 762.000,00

A companhia utiliza o método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) para avaliação de seus estoques. O valor do seu estoque final em 30.04.2014 correspondeu, em R\$, a:

- (A) 10.600,00.
- (B) 10.400,00.
- (C) 10.300,00.
- (D) 10.200,00.
- (E) 11.400,00.

60. Em relação aos saldos existentes de Ativo Diferido e Reservas de Reavaliação em 31.12.2008, as novas normas contábeis introduzidas a partir da vigência das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis determinam que

- (A) as reservas de reavaliação têm, obrigatoriamente, que ser estornadas contra a conta do ativo que foi reavaliado.
- (B) a companhia que tiver reservas de reavaliação deve, obrigatoriamente, baixar essas reservas contra a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (C) apenas as despesas pré-operacionais devem ser classificadas no Ativo Diferido a partir do exercício de 2009.
- (D) a companhia tem o direito de manter os saldos do Ativo Diferido existentes em 31.12.2008 e proceder normalmente à sua amortização.
- (E) os saldos do Ativo Diferido devem ser obrigatoriamente baixados contra a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.

61. É uma reserva de capital:
- (A) Reserva para pagamento de dividendo obrigatório.
 - (B) Reserva legal.
 - (C) Reserva de contingências.
 - (D) Reserva de ágio na emissão de ações.
 - (E) Reserva de reavaliação.
62. A Cia. Cruzeiro do Norte efetuou o teste de recuperabilidade do valor dos ativos (*impairment test*) em uma máquina de seu ativo imobilizado, tendo registrado uma perda de valor de R\$ 28.000,00. A máquina foi adquirida por R\$ 600.000,00. Na ocasião do teste, o percentual de depreciação acumulada da máquina era de 40% do valor depreciável, e a companhia estimou o valor justo da máquina em R\$ 325.000,00.
- À vista do exposto, é correto afirmar que o valor em uso da referida máquina foi estimado pela companhia como correspondente, em R\$, a:
- (A) 326.000,00.
 - (B) 322.000,00.
 - (C) 332.000,00.
 - (D) 330.000,00.
 - (E) 336.000,00.
63. A Cia. Franca é controlada pela Cia. Ribeirão Preto, que tem 75% de seu capital social. No final do exercício de 2013, a Cia. Franca registrou um lucro líquido do exercício de R\$ 850.000,00 na sua Demonstração de Resultado. A controlada também aumentou seu capital em R\$ 100.000,00 no exercício, sendo que a Cia. Ribeirão Preto e todos os acionistas minoritários subscreveram e integralizaram a parte que lhes era correspondente nesse aumento. No mesmo exercício, ao efetuar a avaliação do investimento pela equivalência patrimonial, a controladora registrou um resultado positivo de equivalência patrimonial, em R\$, de:
- (A) 712.500,00.
 - (B) 75.000,00.
 - (C) 462.500,00.
 - (D) 562.500,00.
 - (E) 637.500,00.
64. A Cia. Comercial Amazonas vendeu mercadorias a prazo, em 20 prestações iguais e sucessivas de R\$ 1.000,00, a primeira vencendo no mês posterior ao da venda. A companhia usou uma taxa de juros de 1% ao mês para calcular o ajuste a valor presente desse fluxo de caixa. Sabe-se que o ajuste a valor presente dessa alienação correspondeu a R\$ 1.950,00. A companhia efetuou corretamente a contabilização dessa transação segundo as normas brasileiras de contabilidade, lançando o ajuste como conta redutora de recebíveis. Pode-se concluir que
- (A) o Ativo da companhia aumentou R\$ 20.000,00.
 - (B) a companhia auferiu uma receita de vendas de R\$ 18.050,00.
 - (C) a conta de Recebíveis foi creditada em R\$ 1.950,00.
 - (D) a conta de Ajustes a Valor Presente foi debitada em R\$ 20.000,00.
 - (E) o Passivo da companhia foi aumentado em R\$ 1.950,00.
65. Os seguintes dados foram extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado da Cia. Ametista, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2013, sendo que as variações foram calculadas em relação aos valores de 31.12.2012:
- | | |
|--|------------|
| Aumento de Contas a Pagar | 100.000,00 |
| Lucro Líquido do Exercício | 480.000,00 |
| Aumento de Fornecedores | 20.000,00 |
| Despesas de Depreciação do Imobilizado | 170.000,00 |
| Aumento de Recebíveis | 60.000,00 |
| Diminuição dos Estoques | 50.000,00 |
| Resultado Negativo da Equivalência Patrimonial | 110.000,00 |
- Considerando-se apenas esses dados, pode-se concluir que o Fluxo de Caixa das atividades operacionais da companhia representou uma entrada de caixa e equivalentes-caixa, em R\$, de:
- (A) 870.000,00.
 - (B) 990.000,00.
 - (C) 860.000,00.
 - (D) 800.000,00.
 - (E) 910.000,00.
66. O índice de liquidez corrente da Cia. Montenegro, referente ao exercício encerrado em 31.12.2013, foi 1,75. O índice de liquidez seca, no mesmo período, foi 1,6. A companhia apresenta no seu ativo circulante as seguintes contas: Caixa e Equivalentes-Caixa, Recebíveis e Estoques. Se o Passivo Circulante foi igual a R\$ 2.000.000,00 em 31.12.2013, o valor dos estoques da companhia nessa mesma data equivaleu, em R\$, a:
- (A) 420.000,00.
 - (B) 360.000,00.
 - (C) 280.000,00.
 - (D) 345.000,00.
 - (E) 300.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

67. A Cia. Industrial Paranaíba adquiriu 10.000 unidades de uma matéria-prima, pagando R\$ 20,00 por unidade e mais o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cobrado por fora do preço de venda a uma alíquota de 10%. O fornecedor é uma pessoa jurídica contribuinte do PIS e da COFINS no regime de cumulatividade (0,65% e 3%, respectivamente). Como a operação foi no Estado de São Paulo, incidiu ICMS sobre a operação a uma alíquota de 18%. A adquirente é contribuinte do PIS e COFINS no regime da não cumulatividade (1,65% e 7,6%, respectivamente). Todos os tributos incidentes sobre a operação são recuperáveis para a empresa adquirente. O custo unitário da aquisição desse lote de matéria-prima será registrado na ficha de estoque da Cia. Paranaíba (em R\$) por:

- (A) 16,11.
- (B) 15,67.
- (C) 14,55.
- (D) 17,24.
- (E) 15,27.

68. Foram extraídos os seguintes dados, em R\$, da contabilidade da Cia. Industrial Tamoio, relativos ao ano-calendário de 2013:

Receita bruta de vendas de produtos industrializados (sem o IPI)	1.200.000,00
IPI incidente sobre a venda	96.000,00
ICMS, PIS e COFINS incidentes sobre a receita bruta de vendas	259.800,00
Custo da produção acabada	600.000,00
Estoque final de produtos acabados	120.650,00

O lucro bruto por ela obtido nas operações de venda equivaleu a 50% do custo dos produtos vendidos. O estoque inicial de produtos acabados, nesse exercício, correspondeu, em R\$, a:

- (A) 90.650,00.
- (B) 146.800,00.
- (C) 93.850,00.
- (D) 147.450,00.
- (E) 112.750,00.

69. A Cia. Líbano Industrial, fabricante de um único produto X, produziu 150.000 unidades no exercício de início de suas atividades. Durante o período, foram vendidas 120.000 unidades ao preço de R\$ 50,00 cada uma. Os custos e as despesas da companhia, no referido exercício, foram:

I. Custos e despesas variáveis, por unidade:

– Matéria-prima	R\$ 12,00
– Materiais indiretos	R\$ 4,00
– CIF variáveis	R\$ 11,00
– Despesas variáveis	10% do preço de venda

II. Custos e despesas fixos totais do exercício:

– Mão-de-Obra da fábrica	R\$ 650.000,00
– Depreciação dos equipamentos industriais	R\$ 250.000,00
– Outros gastos de fabricação	R\$ 150.000,00
– Salários do Pessoal da Administração	R\$ 180.000,00
– Demais Despesas Administrativas do departamento comercial	R\$ 120.000,00

Considerando apenas esses dados, se a companhia utilizasse o sistema de custeio variável, seu lucro líquido no exercício, antes dos tributos sobre o lucro, corresponderia, em R\$, a:

- (A) 1.110.000,00.
- (B) 860.000,00.
- (C) 990.000,00.
- (D) 1.050.000,00.
- (E) 810.000,00.

70. Determinado material direto foi adquirido por uma companhia industrial para utilização em seu processo de fabricação. A aquisição foi feita a prazo, mas a companhia, por problemas financeiros, somente pagou o referido material dois meses após o vencimento da duplicata. O custo desse material deve ser computado no custo de produção da companhia no mês de

- (A) sua requisição pelo departamento de produção da companhia.
- (B) sua aquisição.
- (C) seu pagamento ao fornecedor.
- (D) vencimento da duplicata, apesar de ter sido paga posteriormente.
- (E) venda dos produtos cujo custo de produção integrou.

71. É correto afirmar que

- (A) no processo de produção conjunta, o valor das vendas dos subprodutos é mais importante que a dos coprodutos.
- (B) o equivalente de produção é uma forma de atribuição de custos unitários de produção a bens fabricados na sistemática da produção por processo.
- (C) a departamentalização dos custos é um método que deve ser evitado, pois não permite o controle e o rateio de forma mais adequada dos custos indiretos de fabricação.
- (D) o pressuposto do sistema de custeio ABC é o atribuir mais custos indiretos de fabricação aos produtos que são mais representativos no faturamento total da empresa.
- (E) a margem de contribuição unitária, no sistema de custeio variável, consiste na diferença entre o preço do produto e os custos fixos unitários de produção.

72. Uma companhia produz e vende um único produto, cujos custos e despesas fixas de produção totalizam R\$ 900.000,00 mensais. O preço de venda unitário do produto é R\$ 200,00, e o custo variável unitário de sua produção, R\$ 95,00. As despesas variáveis unitárias representam 15% do preço de venda. Se a companhia produzir 5000 unidades a mais que seu ponto de equilíbrio contábil, o seu lucro líquido corresponderá, em R\$, a:

- (A) 325.000,00.
- (B) 450.000,00.
- (C) 415.000,00.
- (D) 375.000,00.
- (E) 395.000,00.

AUDITORIA

73. Em auditoria, o denominado **risco inerente**

- (A) resulta de condições, eventos, circunstâncias ou decisões tomadas pela administração que possam afetar adversamente a entidade auditada.
- (B) decorre de condições que indiquem incentivos ou pressões para que a fraude seja perpetrada.
- (C) é a suscetibilidade de um saldo de uma conta ou uma classe de transação apresentar uma distorção relevante no seu valor registrado nas demonstrações contábeis.
- (D) depende da eficácia dos controles internos da entidade, que devem ser examinados pelo auditor por meio de testes adequados.
- (E) não está relacionado com a natureza e a extensão dos procedimentos aplicados pelo auditor nem com o planejamento ineficaz da auditoria.

74. Testes de controle são procedimentos de auditoria que têm por objetivo

- (A) detectar distorções relevantes no nível de afirmações (declarações da administração da entidade que estão incorporadas nas demonstrações contábeis).
- (B) produzir evidências de auditoria que sirvam para suportar ou fundamentar a opinião do auditor em relação à adequação das demonstrações contábeis.
- (C) avaliar a existência de erros ou fraudes nos registros contábeis da entidade.
- (D) produzir evidências de que os ativos e passivos da entidade estão mensurados pelos seus valores justos e se estes foram adequadamente estimados pela entidade auditada.
- (E) avaliar a efetividade operacional dos controles internos da entidade na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.

75. O saldo devedor da conta analítica Bancos conta Movimento-Banco Ideal S/A, registrado no livro Razão da Cia. Horizonte em 31.12.2013, era de R\$ 192.820,00, antes da conciliação bancária a ser efetuada pelo auditor independente. O saldo credor constante do extrato bancário emitido pelo referido banco, na mesma data, correspondia a R\$ 193.450,00. Os seguintes fatos contábeis, referentes à matéria, foram levantados pelo auditor:

- Despesas bancárias cobradas pelo banco, no extrato, no valor de R\$ 290,00, ainda não contabilizadas na entidade.
- cheques nºs 198325 a 327, emitidos e contabilizados pela empresa, mas ainda não sacados pelos favorecidos no banco no valor total de R\$ 6.190,00;
- cheque nº 352497, emitido pela Cia. Itaporanga a favor da entidade, no valor de R\$ 1.750,00, erroneamente debitado na conta corrente da Cia. Guaiuba, cujo estorno foi efetuado pelo banco somente em 04.01.2014;
- duplicata de aceite da Cia. Irmão Maior no valor de R\$ 3.520,00, descontada pela companhia no banco, por ele devolvida por falta de pagamento, fato ainda não contabilizado na sociedade.

De posse dessas informações, o auditor concluiu que o saldo correto, em R\$, da referida conta correspondia, em 31.12.2003, a:

- (A) 189.010,00.
- (B) 190.370,00.
- (C) 188.620,00.
- (D) 189.300,00.
- (E) 187.260,00.

- 76.** Na auditoria do grupo Imobilizado do Ativo Não Circulante, o auditor independente deve observar as normas brasileiras de contabilidade sobre o reconhecimento e mensuração desses ativos. Em relação ao assunto, é correto afirmar que
- (A) os gastos com o desembaraço aduaneiro na importação de bens do Ativo Imobilizado devem ser registrados pela entidade como despesa do exercício da importação.
 - (B) os bens do Ativo Imobilizado objeto de arrendamento mercantil financeiro devem ser contabilizados pelo total das contraprestações a pagar à instituição financeira arrendadora, sem necessidade de ajuste a valor presente, mesmo que de longo prazo.
 - (C) os gastos com conserto e manutenção dos ativos que não resultem em aumento de sua vida útil por um prazo superior a um ano devem ser ativados.
 - (D) os impostos recuperáveis incidentes sobre a aquisição de ativos imobilizados não devem compor o custo de aquisição do ativo, sendo contabilizados como ativos fiscais diferidos.
 - (E) o registro dos encargos de depreciação deve ser efetuado a partir da data da aquisição do ativo imobilizado.
- 77.** Ao examinar o subgrupo Investimentos do Ativo Não Circulante da Cia. A, o auditor independente constatou que a entidade tinha a propriedade das seguintes participações societárias:
- I. sessenta por cento das ações com direito a voto da Cia. B;
 - II. vinte por cento das ações sem direito a voto da Cia. C;
 - III. dez por cento das ações com direito a voto na Cia. D;
 - IV. vinte e cinco por cento das ações com direito a voto da Cia. E.
- Constatou também que, desconsiderando o investimento em que era controladora, a Cia. A detinha influência significativa apenas na Cia. C e na Cia. E.
- Ao examinar se tais participações societárias estavam mensuradas corretamente, o auditor verificou que a entidade auditada adotou os procedimentos recomendados pelas normas brasileiras de contabilidade. Portanto, foram avaliadas pelo método da equivalência patrimonial as participações societárias:
- (A) na companhia B, apenas.
 - (B) nas companhias B, C e E, apenas.
 - (C) nas companhias D e E, apenas.
 - (D) nas companhias B e C, apenas.
 - (E) nas companhias C e E, apenas.
- 78.** Em relação a eventos subsequentes, de acordo com a NBC TA 560, é correto afirmar que
- (A) a aprovação final das demonstrações contábeis pelos acionistas é condição necessária, embora não suficiente, para o auditor independente concluir que foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente para servir de base à sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
 - (B) segundo a referida norma, a data do relatório do auditor independente pode ser anterior à data de aprovação das demonstrações contábeis, desde que a administração ou os responsáveis pela governança corporativa da entidade não se oponham.
 - (C) caso a administração tenha divulgado as demonstrações contábeis apesar da notificação do auditor independente para que não o fizesse devido à existência de eventos subsequentes significativos, não é considerado apropriado pela norma que o auditor busque assessoria legal para a adoção de medidas a serem tomadas em função de seus direitos e das suas obrigações legais.
 - (D) o auditor independente deve solicitar à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança, uma representação formal de que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis, que requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
 - (E) se eventos subsequentes que podem alterar seu relatório chegarem ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório, ele está dispensado, segundo a referida norma, de efetuar qualquer procedimento adicional de auditoria, mesmo que as demonstrações contábeis ainda não tenham sido divulgadas.
- 79.** Em relação à amostragem na auditoria, é correto afirmar que
- (A) a amostragem deve ser sempre efetuada com números aleatórios, para evitar que o auditor utilize critérios próprios para a seleção dos itens a serem auditados.
 - (B) quanto maior o nível de distorção tolerável aceito nos testes substantivos, maior deve ser o tamanho da amostra, para que a eficácia e a eficiência do trabalho do auditor sejam alcançadas.
 - (C) na determinação do tamanho da amostra, um nível de confiança de 95% indica que em noventa e cinco (95) vezes o resultado será impreciso e em cinco (5) vezes, o resultado será preciso.
 - (D) o risco da amostragem é o risco de que a conclusão atingida com base na amostra seja igual ao da conclusão que seria obtida com base no exame da população como um todo.
 - (E) a combinação de uma amostragem estratificada para os itens de maior valor nos procedimentos (testes) substantivos combinada com a amostragem aleatória para os itens de menor valor é geralmente um procedimento eficaz, pois permite uma cobertura maior em termos de valor e um tamanho de amostra menor.

80. Em relação à elaboração do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, está correto afirmar que

- (A) um dos aspectos que o auditor deve levar em consideração para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da entidade é se as distorções não corrigidas pela administração são relevantes, individualmente ou em conjunto.
- (B) o parágrafo introdutório do relatório consiste na afirmação de a administração da Companhia ser responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.
- (C) se o auditor concluir que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes e generalizadas, ele deve emitir um relatório com ressalva, incluindo um parágrafo em que contenha a base para essa opinião.
- (D) o parágrafo de ênfase normalmente é utilizado quando há incerteza em relação ao resultado de contingências judiciais da entidade, sobre as quais o auditor tenha ressalvas em relação à descrição apropriada do assunto nas demonstrações contábeis.
- (E) caso as notas explicativas contenham informações não contábeis, tais como o conceito de LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos e da depreciação), o auditor não precisa solicitar que a administração coloque na nota que essa informação não foi auditada.

